



Rui Rio defende saída da troika com programa cauteloso para evitar problemas (ATUALIZADA) (C/ÁUDIO, VÍDEO E FOTO)

Porto, 30 jan (Lusa) – O economista Rui Rio (PSD) defendeu hoje que Portugal deve “deixar a troika” com um programa cauteloso porque precisa de “rede” e, sem ela, será “um barquinho a remos à deriva no oceano” suscetível a “problemas bem mais graves”.

“Devíamos sair com rede e não sem rede, embora politicamente o discurso seja mais difícil de fazer”, concluiu o social-democrata, que participou hoje, no Porto, na conferência “Iniciativa privada - A economia, as empresas e o sistema fiscal”.

O ex-presidente da Câmara do Porto admitiu que, “do ponto de vista eleitoral, é mais simples falar numa saída à irlandesa ou numa saída limpa”, mas defendeu que “um país pequeno e financeiramente fragilizado” não deve ser “atirado sozinho” aos mercados e às agências de ‘rating’.

“A imagem que dou é a de um barco pequeno, a remos, no meio do oceano. Se pusermos o barquinho sozinho à deriva no oceano podemos ter problemas bem mais graves”, frisou.

Para Rui Rio, no fim do programa de assistência financeira, Portugal será “um país pequenino, financeiramente débil, saído dos cuidados intensivos” que, “atirado sozinho ao mercado, corre um risco de todo o tamanho”.

As empresas de ‘rating’ e os mercados serão “rigorosamente os mesmos”, alertou, defendendo a possibilidade de “negociar uma linha de crédito” à qual o país se possa “agarrar”.

“Naturalmente que é muito mais seguro”, venceu.

Para o economista, “a própria taxa de juro no mercado já não sobe pelo simples facto de Portugal ter aquela rede”.

Na conferência organizada pela **Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC)** e a TSF, Rio defendeu que “até para reduzir o endividamento” o objetivo “tem de ser o crescimento económico”.

No que toca às exportações, Rio defendeu “nunca perder de vista” que a competitividade passa pela qualidade e produtividade “e não pelos salários baixos”.

“Não podemos cair na tentação de conseguir essa competitividade pela baixa de salários, senão condenamos um país a um país paupérrimo no futuro”, observou.

Quanto ao peso do Estado, Rui Rio não ser possível reduzi-lo sem uma medida que tomou enquanto presidente da Câmara do Porto: pedir a uma empresa externa uma análise, serviço a serviço, para ver “onde existe gente a mais e a menos”.

“Admito que um estudo destes, feito para uma autarquia, é mais simples, mas [ao nível do Estado] é possível escolher quais os serviços fundamentais e analisá-los. Se estivermos à espera das chefias intermédias do Estado, nunca mais lá vamos chegar”, frisou.

Na área fiscal, o social-democrata sustenta que o Governo devia criar um “benefício fiscal muito grande” para “todas as empresas que mantenham os lucros gerados dentro da empresa e não os distribuam.

“Já não estou a falar de crédito fiscal ao investimento, estou a falar de crédito fiscal à capitalização, no sentido de voltar a equilibrar os balanços das empresas”, defendeu.

Para o economista, também a poupança devia ser estimulada.

“Algo que nunca entendi é o desprezo que a política económica tem tido pela poupança. Devia haver um discurso e políticas consistentes para incentivar as pessoas à poupança. Não é sustentável uma política de poupança sem um incentivo mínimo”, alertou.

Rio defendeu que o “novo ciclo de fundos europeus” deve ser voltado “para a competitividade e o setor produtivo”, admitindo que neste domínio Portugal está no bom caminho.

“O que ouço do Governo é essa a preocupação e aqui tenho sérias esperanças de que o novo quadro [Comunitário de Apoio] vai privilegiar esta área e não a das infraestruturas de que Portugal não precisa”, afirmou.

ACG // JGJ

Lusa/fim